

ESTADO, INTELLECTUAIS E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (1970 – 2007)

SONIA REGINA DE MENDONÇA*

Notas sobre Capitalismo, Tecnologia e Burocracia.

Partindo do suposto de que o Estado capitalista é aquele que melhor encarna a reorganização da divisão social do trabalho, aprofundando a segmentação existente entre Trabalho Manual e Trabalho Intelectual, julgo pertinente tecer considerações teóricas sobre tal separação na contemporaneidade. Começo destacando a sólida distinção estabelecida entre Ciência e Trabalho Manual, onde a primeira transformou-se em força produtiva direta na medida em que o Estado, marcado pela relativa separação entre os níveis Político e Econômico, reorganiza todos os seus espaços e campos, ampliando, consideravelmente, a espoliação do trabalhador direto nas relações de produção (POULANTZAS, 1985: 61). E, sendo estas últimas o efetivo suporte da prodigiosa reorganização da divisão social do trabalho da qual são instituintes, torna-se cada vez mais imperioso distinguir entre as formas da mais valia relativa e da reprodução ampliada do capital existentes entre o estágio do “maquinismo” e o da “grande indústria”.

É a ruptura operada com relação aos tipos pré-capitalistas de Estado o que confere a originalidade do Estado Capitalista contemporâneo ilustrada pela crescente segmentação entre Trabalho Manual e Trabalho Intelectual. Por certo tal cisão não deve, nem pode, ser concebida de modo “natural”, como se somente existissem “os que trabalham com as mãos” e os que “trabalham com a mente”. Na verdade, a separação remete às relações políticas e ideológicas tal como ocorrem junto a relações de produção específicas. Daí a peculiaridade desta divisão sob o Capitalismo atual, onde a Ciência – apartada do Trabalho Manual - é colocada “a serviço do capital” estabelecendo-se relações peculiares entre Ciência/Saber e Ideologia, tanto no sentido de passar a vigor um Saber “mais ideologizado”, quanto no de tornar-se o Saber/Ciência elemento de legitimação do Poder instituído, amparando-se, este último, em “práticas científicas” sempre tidas como “racionais”. Logo, sob o Capitalismo atual, as relações entre Trabalho Intelectual e Política associam, como nunca dantes, o Saber e o Poder.

Mas se a separação capitalista entre Trabalho Manual e Trabalho Intelectual é apenas um aspecto derivado da divisão social do trabalho, ela assume papel decisivo no âmbito do

* Docente do PPGH da UFF, Doutora em História, Pesquisador I do CNPq.

Estado, aqui concebido - gramscianamente e num primeiro momento – como Sociedade Política (GRAMSCI, 2000: vol. 3), posto encarnar, no conjunto de seus organismos, o Trabalho Intelectual como apartado do Manual. Ademais, é nele que a organicidade entre Trabalho Intelectual e Dominação Política se efetiva de forma mais acabada, face a seu relativo distanciamento das relações de produção.

As agências do Estado, através de seus funcionários, efetivam um Saber e um discurso “sábio” do qual as massas populares são excluídas, apesar de estarem, direta ou indiretamente, a ele subjugadas. No Capitalismo, as funções de organização e direção exercidas pelo Estado restrito são asseguradas através do permanente monopólio do Saber detido por um grupo especializado de funcionários-intelectuais – ou, segundo outros autores, uma burocracia – como já havia intuído Gramsci ao incluir os agentes estatais na categoria de intelectuais orgânicos em seu sentido amplo (GRAMSCI, 2001: vol. 2). Dessa forma, a relação entre Saber e Poder no âmbito do Estado restrito manifesta-se através de técnicas peculiares de intervenção junto à realidade social, percebidas por seus “receptores” como veículos de um Conhecimento e uma Racionalidade imanentes, respaldadas pela Ciência. Esta última, uma vez tornada “estatal”, é atravessada pelas mesmas redes de poder que instituem o Estado restrito em vários níveis. Como o destaca Poulantzas “o Estado capitalista arregimenta a produção da ciência que se torna, assim, uma ciência de Estado imbricada, em sua textura intrínseca, aos mecanismos de Poder” (POULANTZAS, *op. cit.*: 64).

Assim o discurso veiculado através do Estado cristaliza, nele mesmo a relação Saber – Poder, distinguindo-se dos discursos emanados de Estados pré-capitalistas, calcados em “revelações” ou na palavra do Soberano. O discurso estatal, agora, é um discurso “da ação”, que assegura seu vínculo aos projetos dos grupos dominantes e também seu papel de organizador destes últimos, além de seu caráter regulatório da formação social como um todo. Em suma, a relação Saber-Poder, fundada sobre o Trabalho Intelectual, é consolidada pelo próprio Estado, inscrevendo-a em sua ossatura material, dela apartando o Trabalho Manual.

Isso adquire maior visibilidade quando nos referirmos ao que certos autores denominam de “pessoal de Estado”, evitando o termo marcadamente weberiano de “burocracia” (IDEM: 177). Poulantzas desnuda o Estado como uma condensação de forças atravessada pela luta das classes que o instituem, inscritas, pois, em sua materialidade e manifestas pelas tensões vigentes dentro do próprio “pessoal do Estado”, ao configurar-se uma hierarquia de “funcionários”/“intelectuais”, apesar de certos estudiosos a eles referirem-se como dotados de

uma suposta “homogeneidade” ou mesmo de “interesses próprios à função”, independentemente das classes sociais.

O que pretendo frisar é que a burocracia - “pessoal de Estado” - também é portadora de condições de classe, não se encontrando nem acima, nem à margem delas. E este lugar não deriva apenas da origem social dos funcionários-intelectuais, remetendo a sua situação na divisão social do trabalho, materializada na ossatura do Estado. Isso se reflete através de formas específicas derivadas da divisão entre “Trabalho Intelectual” e “Trabalho Manual” no âmbito do próprio Estado: o lugar das classes burguesas para o alto funcionalismo, o da pequena burguesia para os escalões intermediários e o dos subalternos nos órgãos estatais menos expressivos (IDEM: 180-84). Na medida em que, boa parte do recrutamento do “pessoal de Estado” se dá junto à pequena burguesia – ou setores médios urbanos - as lutas populares necessariamente o afetam, desdobrando-se em fissuras internas ao “funcionalismo” e às agências estatais. Logo, as contradições entre classes dominantes e dominadas - e mesmo intraclasses dominantes – se refletem na ação dos agentes do Estado de forma complexa, porém real, permitindo-nos afirmar que a luta de classes se verifica, igualmente, **dentro das agências estatais**.

Dessa forma, o projeto hegemônico reproduzido e disseminado pelo Estado restrito visa não só controlar as classes subalternas, mas também cimentar internamente a unidade de seu “pessoal” disperso entre suas inúmeras agências. O cerne deste amálgama ideológico é a representação do Estado “neutro” e “acima das classes”, respaldada pela Ciência e a Racionalidade. Nesse sentido, muito embora certos setores do funcionalismo/intelectuais estatais se inclinem em prol das classes populares – opondo-se às classes dominantes também presentes nos órgãos superiores do Estado - eles acabam por não questionar nem a divisão social do trabalho que sustenta o próprio Estado, nem a cisão existente entre “dirigentes” e “dirigidos” dentro da materialidade estatal.

2) Contexto Histórico.

A conjuntura de expansão do capitalismo mundial no imediato pós II Guerra Mundial implicou numa reformulação da política externa norte-americana, agora direcionada para projetos de “cooperação” internacional, justificados a partir da “descoberta” do conceito de “*desenvolvimento*” (ESCOBAR, 1995: 220-25) ¹, sobretudo na década de 1950. Para a América Latina isso resultou na revisão das atividades até então tidas como de Ensino e

¹ Lanço mão do uso do *itálico* na grafia de termos ou expressões extraídas das fontes consultadas.

Pesquisa Agrícolas, que passaram a girar em torno a práticas assistenciais e produtivistas, destinadas a qualificar a mão-de-obra do campo, organizando-a em *comunidades rurais*, aptas a consumirem tecnologia estadunidense. Tal mudança multiplicou os tipos de órgãos e iniciativas brasileiro-estadunidenses voltadas à Agricultura, demarcando a vitória de grupos agroindustriais defensores da adoção de Tecnologia Agropecuária mediante a atuação, bem menos dispendiosa, de “funcionários-técnicos” de novo tipo: os Extensionistas Rurais. Das teorias de *desenvolvimento* dos anos 50 até aquelas centradas nas *necessidades humanas* da década de 1970 – que enfatizavam o crescimento econômico com a distribuição de seus benefícios - a principal preocupação de todos os envolvidos residiu nos tipos de desenvolvimento que solucionariam os problemas dos países *subdesenvolvidos*. Logo, o *discurso do desenvolvimento* gerou um vasto aparato institucional destinado a produzir Conhecimento/Poder para e junto ao Terceiro Mundo, integrando dezenas de agências e agentes, **sobretudo** entre 1945 – 1965 (ESCOBAR, *op. cit.*: 9)².

Além da indústria e da tecnologia, a reordenação do capitalismo implicou, igualmente, em políticas de *combate à miséria* destinadas a gerar novos consumidores, transformando os próprios pobres em objetos de Conhecimento e Intervenção, mediante ações nas áreas de Educação, Saúde, Higiene, etc.. O sentimento messiânico expresso na noção de *salvação* ou missão resumia a crença de que existia apenas uma fórmula “correta” para superar tais problemas: o *desenvolvimento* (PLANK, 1996: 26), “coincidindo” com a ativa participação da Fundação Rockefeller no Brasil.

Para combater o *subdesenvolvimento* equipes de técnicos estadunidenses atuaram no Brasil desde 1945, mediante dois procedimentos: 1) o treinamento de “técnicos” do Ministério da Agricultura (MA), muitos deles enviados a universidades norte-americanas, resultando num grupo de especialistas imbuídos do paradigma estadunidense; 2) a inculcação, junto aos funcionários brasileiros, da crença na necessidade de consumir novas tecnologias agrícolas e de aprimorar a pesquisa agropecuária estatal. Tal processo assegurou a expansão do capitalismo estadunidense não só pelo crescimento de suas exportações de máquinas e insumos agropecuários, como também pela intensificação de investimentos junto a órgãos

² O *desenvolvimento* como experiência histórica singular remete a todo um domínio de pensamento e de ação analisável a partir de três eixos: a) as formas de conhecimento que a ele deram materialidade através de projetos, conceitos e teorias; b) o sistema de poder que passou a regular suas práticas e c) as formas de subjetividade coletivas por ele forjadas, que fizeram com que as pessoas passassem a reconhecer-se como desenvolvidas ou não. Logo, o *desenvolvimento* foi tanto uma formação discursiva, quanto um aparato institucional incumbido de gerar conhecimentos e técnicas.

públicos incumbidos de gerar Tecnologia para o agro. **A Ciência cristalizou-se como instrumento de Estado e a Técnica, como elemento de exclusão e/ou subordinação social.** Logo, na segunda metade do século XX, o imperialismo norte-americano fomentou o capitalismo dependente estimulando a industrialização destinada à agropecuária e a financeirização da agricultura.

Entre os anos 60 e 70 o grande capital ganhou duplamente: de um lado, por ter como parceiros agroempresários nacionais que integravam as diretorias dos órgãos públicos de pesquisa agropecuária (que subcontratavam serviços de suas próprias empresas privadas); de outro, por fortalecer sua hegemonia mediante a formação de especialistas em pesquisa e extensão rural. Tal hierarquização responderia por fortes tensões intraestatais, polarizando, por exemplo, “pesquisadores” *versus* “extensionistas. Lembrando que na Extensão Rural os técnicos/funcionários são elos de uma cadeia que conecta Escritórios de Pesquisa/Laboratórios e *população-alvo* (BRUNNER, SANDERS & ENSMINGER, 1961: 3) é simples perceber seu *modus operandi*: através dos extensionistas, o crédito chegava ao pequeno produtor juntamente com as novas tecnologias agrícolas que deveria consumir para alcançar o *status* da *modernidade*³. A partir dos anos 1960 se configurou um novo padrão de desenvolvimento rural, marcado pela precoce constituição do que, mais tarde, em pleno auge da ditadura civil-militar, seria chamado de Complexos Agroindustriais (CAIs), regados a fartos créditos e subsídios estatais, norteadores dos Sistemas de Pesquisa Agropecuária (AGUIAR, 1986: 48).

3) Estado, Pesquisa Agropecuária e Intelectuais no Brasil Recente

A contradição inerente às políticas públicas de pesquisa agropecuária no Brasil refere-se à contraposição de dois paradigmas: um condicionado pelas demandas de grupos dominantes agroempresariais e outro, destinado a atender pequenos produtores para o mercado interno. A historiografia especializada reduz tal contradição ao embate entre “produtivismo” e “não-produtivismo”, como se a Pesquisa Agropecuária para pequenos e médios produtores carecesse da eficiência atribuída àquela voltada aos agroempresários. Ademais, essa dicotomização naturaliza escolhas que foram eminentemente políticas, redundando em análises que, desviando o olhar do que é dialético e dinâmico, tornam o objeto “refém” da Tecnologia, tida como “entidade autônoma” e descarnada de relações sociais.

³ Assim, por exemplo se *American International Association* (AIA) de Rockefeller pregasse o uso de pesticidas e herbicidas, a *International Basic Economics Corporation* (IBEC), outra de suas empresas, montava uma firma de fumigação (COLBY & DENNET, 1998: 252).

Mesmo autores marxistas, ao tratarem das políticas de pesquisa agropecuária, analisam suas relações com o Estado como produto das redefinições ocorridas no capitalismo mundial, incorrendo em outro problema, ilustrado pela seguinte afirmativa: “o impulso da modernização teve origem, de fato, *num exterior, o estado*” (AGUIAR, op. cit: 15). Ora, definir o estado como “exterior” à atividade é questionável, mormente quando operamos com a noção de Estado Ampliado de Gramsci, que implica na permanente interrelação entre sociedade civil e sociedade política. Logo, o reducionismo comum a tais estudos é a associação mecânica que estabelecem entre a criação de agências estatais de pesquisa e a subordinação da agricultura ao capital internacional. Ora, analisar tais políticas **sem enunciar os grupos de interesse** junto a elas imbricados resulta numa história **com classes**, porém **sem atores sociais concretos**.

3.1) Estado e Pesquisa Agropecuária: a Criação da Embrapa

Para compreender as transformações verificadas nas políticas estatais de Pesquisa Agropecuária no Brasil recente, conectando-as a intelectuais orgânicos dos grupos dominantes agroindustriais e industriais, vale remeter à fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973. Instituição emblemática da mais radical redefinição verificada nas diretrizes da Pesquisa Agropecuária estatal, a Embrapa (subordinada ao Ministério da Agricultura), resultou de disputas entre entidades patronais rurais defensoras de distintos projetos. Até então, os organismos ministeriais incumbidos dessa atividade⁴, tinham, em seu primeiro escalão, representantes de duas importantes agremiações patronais do período: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)⁵ e a Sociedade Rural Brasileira (SRB)⁶ sendo que, até 1970, eles originaram-se, quase totalmente, da SNA. Isso significava que a Pesquisa Agropecuária priorizava a *diversificação agrícola*, dirigindo-se a pequenos/médios produtores já que, desde sua fundação, a SNA defendia a *farmerização* do campo brasileiro, de modo a gerar uma espécie de “colchão amortecedor” dos conflitos sociais no campo (MENDONÇA, 1997 e 2006). O Documento final da *I Reunião de Diretores da Pesquisa*

⁴ Dentre esses órgãos cito o *Centro Nacional de Pesquisa Agrícola* (CNEPA), criado por Vargas na década de 1930, substituído em 1962 pelo *Serviço Nacional de Pesquisa Agrícola* (SNPA); o *Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária* (DPEA), fundado em 1965 e dirigido por Ady Raul da Silva (Conselheiro da SNA); além do *Escritório de Pesquisa e Experimentação* (EPE) de 1967 e do *Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária* (DNPEA), criado em 1971, todos eles órgãos públicos da administração direta do MA.

⁵ A SNA é a mais antiga agremiação ruralista do país, congregando grandes proprietários pluriprodutores para o mercado interno, oriundos de regiões como Rio de Janeiro, Nordeste e Sul.

⁶ A SRB agremia a grande burguesia agroindustrial do estado de São Paulo, cujo projeto de agricultura, desde cedo, baseou-se no fomento à produção de exportáveis e na fortíssima mecanização do campo.

Agrônômica Federal realizada em 1962 ratificaria que “**absoluta prioridade reside na produção de alimentos, seguida por produtos geradores de divisas**” (I REUNIÃO, 1962: 35, grifos na fonte).

As alterações no desenvolvimento capitalista no campo, todavia, responderam pelo célere entrosamento entre indústria e agricultura, definindo um novo patamar tecnológico para a produção agroindustrial, do qual os órgãos de pesquisa do MA não estiveram imunes, sobretudo considerando que, em 1969, surgiria nova entidade patronal agroindustrial, a *Organização das Cooperativas Brasileiras* (OCB), derivada da SRB e responsável pela criação, em 1993, da agremiação desde então hegemônica no país: a *Associação Brasileira de Agribusiness* (Abag). O contexto propiciava a fundação de novo organismo de pesquisa, a Embrapa, em resposta à nova correlação de forças intraclasses dominante. Todavia, face ao prestígio ainda detido pela SNA, a implantação da nova agência resultaria em severa disputa intraclasses e intraestatal. Este processo implicou em sofisticadas manobras políticas da parte das lideranças da SRB e OCB, empenhadas em desqualificar a pesquisa agropecuária destinada a pequenos produtores. Em 1970, por exemplo, o Ministro da Agricultura Ruy Cirne Lima ⁷ nomearia uma *Comissão de Alto Nível* para avaliar o estado da Pesquisa Agropecuária brasileira e redefinir suas prioridades. A Comissão foi presidida por Ivo Torturella (presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária ⁸) e integrada por outros sete membros: Mozart Liberal (funcionário de carreira do Ministério e **dirigente da SNA** ⁹, Salomão Aranovich (funcionário do MA desde 1951); Otto Lyra Schreider (agrônomo, pecuarista fluminense, **Conselheiro e 3º vice-presidente da SNA** de 1970 a 1990); Plínio Cordeiro Molleta (Diretor do Serviço de Economia Rural do MA entre 1957-67); Antonio Secundino São José (fazendeiro e **fundador da empresa Sementes Agroceres S.A.**, financiada pelo conglomerado Rockfeller); Clibas Vieira (**fazendeiro paulista** e membro da

⁷ Gaúcho, agrônomo com dois anos de especialização nos Estados Unidos, Cirne Lima foi nomeado Ministro da Agricultura em 1969, após posse do presidente Médici, tendo enfrentado, nos anos 70, conflito aberto com o Ministro da Fazenda, Delfim Neto, em torno da taxação às exportações de carne que este pretendia implantar – não fosse ele próprio grande pecuarista e dirigente de entidade patronal do grupo. Entre 1972-78 integrou o *Board of Trustees* do Centro internacional de Melhoramento do Milho e Trigo, sediado no México. Em 1973 pediu demissão do cargo, graças à contenda com Delfim Neto. Desde 1977 integrou o Conselho Administrativo da *Gazeta Mercantil* e dirigiu a Empresa Agropecuária Plantel, ambas do grupo de Herbert Levy. BELLOCH & ABREU, 2000: 21-23.

⁸ Torturella era veterinário e foi fundador e primeiro presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, criado em 1968.

⁹ Mozart Liberal fora diretor do extinto DPEA entre 1964-65.

SRB) e Carlos Arnaldo Krug (**agrônomo paulista**) (COMISSÃO DE ALTO NÍVEL, 1970: 5).

A montagem da Comissão revela cuidadosa estratégia. Em primeiro lugar, por contar com um presidente aparentemente “neutro”, ligado à Sociedade Brasileira de Veterinária. Em segundo lugar, sua composição subdividia-se em “dois blocos”: o primeiro composto por **funcionários de carreira do Ministério**, além de dirigentes da **SNA** (Mozart Liberal, Otto Schrader e Plínio Molleta) Já o segundo era integrado muito mais por **empresários** do que por “técnicos”, quase todos representantes dos interesses do grande capital agroindustrial, como Antonio São José; Clibas Vieira e Arnaldo Krug, industriais e/ou financistas fortemente ligados aos Estados Unidos e que, através da Comissão, inseriram-se junto ao MA, às vésperas da alteração de sua política de Pesquisa Agropecuária. Não por acaso, os membros do segundo bloco provinham diretamente da **iniciativa privada**. A vitória do bloco “empresarial” transparece no *Relatório Final da Comissão* que elencou vários pontos “negativos” das políticas precedentes, destacando a ausência de pessoal qualificado; os baixos salários dos pesquisadores; a insuficiência de recursos inibidora da continuidade das pesquisas e, por fim, a falta de autonomia financeira e administrativa de tais órgãos, o grande pretexto para a criação da Embrapa (IDEM: 11-5). Por certo uma comissão integrada por empresários do setor de insumos e máquinas agrícolas, não poderia chegar a resultados distintos, pois toda a sua avaliação desqualificava a de pesquisa estatal que, deveria ser alterada “*mediante a íntima colaboração entre entidades governamentais e empresas privadas, fornecedoras de capital*” (RELATÓRIO FINAL: 21, grifos na fonte).

Das demais 18 recomendações da Comissão, duas merecem destaque: 1) a criação de um *Conselho Superior de Pesquisa Agropecuária*, cuja metade dos participantes deveria advir de “*elementos estranhos ao Ministério, escolhidos entre elementos de notório saber*” (IDEM: 23, grifo meu) e 2) a concessão de *autonomia administrativa e financeira* aos órgãos de pesquisa do MA (IDEM: 24, grifos na fonte). Esta última demanda visava facilitar o ingresso de capitais e porta-vozes das empresas privadas e suas respectivas agremiações junto ao órgão central da Pesquisa Agropecuária definindo, claramente, como pré-condição para a Embrapa, a **privatização da pesquisa agropecuária no Brasil**.

Os *Estatutos* da nova empresa foram enviados ao Presidente Médiçi, acompanhados de *Exposição de Motivos* onde os ministros Cirne Lima (Agricultura) e Reis Veloso (Planejamento), salientavam que a transformação da Empresa em **órgão da administração**

indireta ¹⁰ era condição essencial, pois “*esse tipo de instituição, por seus próprios fundamentos legais, conta com condições essenciais e intrínsecas para dar **flexibilidade e eficiência** àqueles aspectos relacionados com a **captação e manejo de recursos financeiros e humanos**” (apud GASTAL, 1977: 121). Segundo Flores Filho, ex-presidente do órgão, “*havia ficado claro que os **órgãos precedentes, baseados na administração direta (...), falharam**”, por não haverem “***sensibilizado as lideranças brasileiras para o papel da Ciência no desenvolvimento da Agricultura**” (FLORES FILHO et al., 1991: 17, grifos na fonte). Como se vê, A criação da Embrapa obedeceu a fatores muito **mais políticos do que científicos**, sendo seu novo estatuto jurídico uma resposta aos interesses da “*exploração de atividade econômica pelo Estado, quer sob a forma monopolística, quer em caráter suplementar à iniciativa privada*” (IDEM: 19, grifos no original). Para os defensores da nova figura legal, a pesquisa não seria uma “*atividade típica da Administração Pública*” (IDEM: 18, grifo no original) e, além disso, o perfil descentralizado dos órgãos de pesquisa anteriores seria substituído pelo “*modelo Embrapa*”, fortemente **centralizado** e, que, justo por isso, “*deixaria de contemplar os interesses mais específicos de realidades locais, bem menos importantes*” (IDEM: 22, grifos na fonte). Ao Estado não mais caberia assumir integralmente a Pesquisa Agropecuária, devendo firmar **parcerias**, sobretudo, com **empresas privadas**, o que era a negação cabal do paradigma até então vigente.***

Para alguns autores, o novo “*modelo*” baseou-se em cinco princípios, dois deles bastante importantes: 1) o intenso **relacionamento da pesquisa com a iniciativa privada na qualidade de fiscalizadora** e sinalizadora das demandas e 2) a flexibilidade administrativa para **captar recursos via convênios e contratação de serviços** (RODRIGUES, 1987: 239). Para viabilizar o novo “*modelo*” os dirigentes da Embrapa privilegiaram a geração de **pacotes tecnológicos** ¹¹ indutores do **consumo intensivo de insumos modernos**, como o desejavam os grupos que lutaram por sua fundação. Os pacotes eram difundidos pelo Extensionismo Rural, todavia, as agências de crédito somente financiariam projetos formatados segundo o receituário dos pacotes. Assim, a *modernização* viabilizada pela Embrapa implicou na

¹⁰ Os órgãos estatais da **administração indireta** têm **total autonomia para contratar serviços**, cancela-los, escolher os prestadores dessas atividades, etc. Daí a importância, no organograma da Embrapa, da participação de **empresas privadas**, ao lado de **universidades**.

¹¹ Segundo AGUIAR (1986: 17) os pacotes tecnológicos consistiam num conjunto de práticas e procedimentos técnicos articulados entre si e deveriam ser utilizados **indivisivelmente**, segundo padrões estabelecidos pela Pesquisa. O pacote tecnológico correspondia a uma linha de montagem, onde o uso de certa técnica ou insumo industrial exigia o emprego de inovação anterior e a utilização de uma inovação posterior, fazendo com que a combinação insumos-máquinas não pudesse ser interrompida.

internacionalização da agricultura e sua inserção no jogo da ditadura. Tomando-se, por exemplo, o crescimento da tratorização no meio rural nos anos 80 tem-se que ela aumentou 6.500%, apesar de 52% desses tratores concentrarem-se em apenas 2,6% dos estabelecimentos rurais, todos com mais de 100 ha (AGUIAR, *op. cit.*: 92). Porém a nova política de Pesquisa Agropecuária foi também instrumento de **concentração fundiária**, pois a obtenção dos créditos para a aquisição dos “pacotes” tinha na propriedade da terra a garantia das dívidas contraídas, nem sempre pagas por pequenos/ médios produtores¹².

No contexto da “redemocratização” foram retiradas do Estado restrito todas as atribuições que, em teoria, seriam mais bem desempenhadas **pela iniciativa privada** (SCHLOTTFELDT, 1991: p. 2), aprofundando a participação do capital privado nas etapas de geração e transferência de tecnologia. Nessa conjuntura a Embrapa foi duramente criticada por privilegiar o consumo de insumos industriais que atrelavam a agricultura, cada vez mais, aos CAIs controlados pelo grande capital. Segundo os críticos, em maioria ex-funcionários, a Empresa era **autoritária e centralizadora** (ROSSETO, 1985), desprezando a diversidade agroecológica do país e a **regionalização da pesquisa**. Os dirigentes da Empresa tentariam ajustar suas prioridades adaptando-as às condições regionais da agricultura (ALVES, 1981: 19-21), posto ser preciso atender, de alguma forma, aos chamados *produtores não integrados*, promovendo pesquisas de ponta, porém dotadas de caráter “*socialmente mais justo*” (FLORES FILHO, *op. cit.*: p. 31). Malgrado este discurso, o *II Plano Diretor da Embrapa (1994 -96)* apresentaria **dezesseis** Programas de Pesquisa dos quais apenas **um** direcionado à agricultura familiar (II PLANO DIRETOR, 1994: 37). Já o *III Plano Diretor (2000-2003)* previa nova reformulação da Empresa retornando à descentralização administrativa (III PLANO DIRETOR, 2001: 9) e adequando a agricultura à globalização (maximizando sua competitividade e sustentabilidade) (IDEM: 14). Simultaneamente, o pequeno produtor continuaria a ser visto como *problema* pelos dirigentes da Embrapa, como se percebe da citação a seguir:

“Há forças impulsionadoras do agronegócio que afetam diretamente as ações de pesquisa e desenvolvimento agropecuário (...). Com isso, muitos produtores de subsistência ou em transição para o mercado, principalmente os pequenos, por não conseguirem se integrar a ele, foram dele excluídos (...). Como parte desse

¹² O *Censo Agropecuário de 1995/96*, por exemplo, identificou uma queda do número de estabelecimentos agrícolas em relação ao levantamento de 1985, sendo que as propriedades com menos de 100 hectares (consideradas familiares) reduziram-se de um total de 5.225.162 para 4.318.861 em 1995, ou seja, uma diminuição de 17%.

processo *surgem movimentos sociais organizados com reivindicação por acesso a terra*” (IDEM: 34, grifos no original).

Assim, sua atuação junto a eles limitou-se a apregoar o apoio estatal aos pequenos tão somente como estratégia de neutralizar sua mobilização política, evitando a desordem social no campo. Não esqueçamos, todavia, que neste contexto duas novas agremiações antagônicas emergiram: o MST (1985) e a Abag (1993).

3.2) Embrapa e Abag: Burocracia ou Intelectuais Orgânicos?

A Abag surgiria em 1993, presidida por um dos diretores da OCB, Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SRB e legitimado por uma trajetória de compatível com o perfil desta que foi apontada como “*corporação agrária de novo tipo*”. Mineiro; agrônomo; diretor das empresas Sementes Agroceres S/A; Sementes Hortícolas S/A e Agroceres Importação, Exportação, Comércio e Indústria S/A, além de presidente da poderosa *Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças* (Abrasem), Bittencourt foi o continuador do legado de Roberto Rodrigues¹³ – ex-presidente da OCB e idealizador da Abag – incumbindo-se de consagrar esta última como **força social hegemônica**. Seus fundadores justificavam-na a partir da constatação de já existir no país uma “nova agricultura”, tendo-se “*desenvolvido a agroindústria, que passa à liderança do processo produtivo e consolidam as grandes cooperativas, dando origem a um novo sistema*” (ARAÚJO et al., 1993: 3). Na verdade, urgia criarem-se novos canais para a representação política setorial, à altura de seu peso econômico. A fundação da entidade também foi explicada como reação dos empresários agroindustriais diante da “incompetência” do Estado restrito em enfrentar a crise econômica brasileira. A “miopia” por eles atribuída ao Estado respondera pela estagnação das atividades agroindustriais, impondo-se a necessidade de **transferir, para as corporações de classe**, a responsabilidade pelas soluções.

¹³ Roberto Rodrigues é paulista, **agropecuário e produtor de soja, cana, laranja em São Paulo e Minas**, e também **empresário rural** no Maranhão. Foi ex-diretor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; ex-presidente da SRB e 1º vice-presidente de sua antiga rival, a SNA; ex-presidente da OCB (1985-91) e idealizador da ABAG. Além de professor de Economia Rural na Unesp, participa dos Conselhos da Associação Comercial de São Paulo; do Instituto Agrônomo do Paraná; da Associação Brasileira de Criadores; da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; da Associação Brasileira de Milho e Sorgo, etc. Integra os Conselhos da Fundação de Estudos Agrários “Luiz de Queiroz”; da Escola de Administração de Empresas (FGV/ SP) e da Fundação Bunge, etc. Foi **presidente da ABAG** e membro do Comitê Empresarial de Comércio Exterior do Itamaraty, presidindo, ainda, a Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas. Foi assessor de vários órgãos como a Embrapa, a *International Food and Agribusiness Management Association*, o *World Wide Fund for Nature*. Representou e representa a Agricultura em Conselhos como o Monetário Nacional, o Nacional de Política Agrícola, o Nacional de Comércio Exterior e o Empresarial de Competitividade. **É membro eleito do Fórum de Líderes Nacionais** e Vice-presidente do **Conselho de Empresários da América Latina**. Presidiu a Aliança Cooperativa Internacional e a Organização das Cooperativas Brasileiras por dois mandatos (1985/1991). www.abag.br (acesso em outubro de 2010).

A Abag é muito mais num *pool* de empresas do que uma agremiação patronal propriamente dita, inaugurando modalidade associativa de novo tipo, politicamente poderosíssima e capaz de firmar parcerias com Ministérios e agências do Estado para promover **a sua política** agroalimentar; participar das negociações com organismos do agronegócio internacional (como a Organização Mundial do Comércio); aproximar-se das agências oficiais de fomento econômico de vários países para atrair investimentos; participar de fóruns e câmaras que compunham programas de governo; etc. Face ao peso econômico e político da Abag, o *III Plano Diretor* da Embrapa definiu, como citado, **quarenta e cinco** projetos de pesquisa dos quais, somente **um** voltado à pequena produção ¹⁴. Comparando os dois Planos destaca-se o vertiginoso aumento do total de projetos destinados aos mais sofisticados aspectos técnico-gerenciais do agronegócio, da ordem de **275%**. Logo, apesar dos discursos veiculados pela Empresa ratificarem a importância da “assistência” e “integração” da produção familiar, esta permaneceu subalternizada aos desígnios do agronegócio e sua entidade máxima, cujos **quadros de primeiro escalão** encastelaram-se nas Diretorias do órgão, conforme Quadros I e II a seguir.

QUADRO I – Diretores-Presidentes da Embrapa (1993 – 2007)

Diretor Presidente	Período	Trajetórias
Murilo Xavier Flores	1991-1994	Agrônomo e Mestre em Economia Rural (1984). Secretário-executivo do Conselho do Pronaf (1996 a 1999); Diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Alberto Duque Portugal	1995-2001	Agrônomo e Dr. em Sistemas Agrícolas pela University of Reading (1982); diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (1978–1987); chefe-geral da Embrapa-Gado de Leite. Foi Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças, sócia da ABAG
Clayton Campanhola	2003-2005	Agrônomo; Mestre em Energia Nuclear na Agricultura e Dr em Entomologia pela Texas University. Diretor da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial e da Fundação Centro de Estudos de Comercio Exterior (FUNCEX) , ambas associadas à ABAG .
Silvio Crestana	2005-2009	Físico, mestre em Física Básica (1983), Dr. em Ciências e Pós-doutor em Ciências do Solo e Ambientais pela Universidade da Califórnia (1989). Professor da Pós-graduação em Engenharia Ambiental e Agronegocio na USP. Foi professor do PENSA. É Conselheiro de Agronegócio da FIESP, sócia da ABAG

FONTES: Memória Embrapa (www.embrapa.com.br); sites da Internet; Mendonça (2010).

QUADRO II – Diretores Executivos da Embrapa (1993 – 2007)

DIRETOR EXECUTIVO	PERÍODO	DADOS DE TRAJETÓRIA
Eduardo Paulo de Moraes Sarmento	1991-1994	Economista e Mestre em Administração de Empresas; Diretor Superintendente da CERES (Fundação de Seguridade Social dos Sistemas Embrapa e Embrater) entre 1995–1999.
Fuad Gattaz Sobrinho	1991-1994	Paulista, Mestre em Ciência da Computação pela PUC-RJ e PhD em Ciência da Computação (<i>University of Maryland</i> , 1984). Inventor de nove tecnologias de software patenteadas e

¹⁴ Este foi o Projeto Código 2.174, intitulado “Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura familiar”. III Plano Diretor, *op. cit.*: 19.

		adotadas por mais de 300 multinacionais no Brasil; Assessor da ABAG.
Manoel Malheiros Tourinho	1991-1994	Mestre em Recursos Naturais pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (1970) e PhD. em Sociologia Rural (<i>University of Wisconsin</i> , 1982); vice-presidente da Associação das Universidades da Amazônia.
Ivan Sérgio Freire de Souza	1991-1994	Mestre em Sociologia, Dr pelo <i>Ohio State University</i> (1980) e Pós-doutor pela <i>Michigan State University</i> (1996); membro da Secretaria de Administração Estratégica da Embrapa.
Elza Battaglia Brito da Cunha	1991-1994	Bacharel em Direito, Chefe da Secretaria de Propriedade Intelectual da Embrapa (2001 – 2003) e responsável pelos termos das negociações da Embrapa com parceiros privados; Ex-aluna do PENSA.
Alberto Duque Portugal	1991-1994	Agrônomo e Doutor em Sistemas Agrícolas pela <i>University of Reading</i> (1982); diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (1978–1987). Foi Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM), associada à ABAG.
Márcio de Miranda Santos	1991-1994	Mestre em Genética de Plantas; Dr. em Genética Bioquímica pela USP (1991) e pós-doutor pela <i>Harvard University</i> (1997). Consultor da FUNCEX, associada à ABAG..
José Roberto Rodrigues Peres	1991-1994	Agrônomo e Mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979).
Elza Battaglia Brito da Cunha	1995-2002	Bacharel em Direito, Chefe da Secretaria de Propriedade Intelectual da Embrapa (2001 – 2003) e responsável pelos termos das negociações da Embrapa com parceiros privados; Ex-aluna do PENSA.
José Roberto Rodrigues Peres	1995-2002	Agrônomo e Mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979).
Dante Giacomelli Scola	1995-2002	Agrônomo, PhD em Economia do Agronegócio pela Universidade de Wisconsin; Assessor Técnico da Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados; Vice-presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (1998-2003), associada à ABAG..
Bonifácio Hideyuki Nakasu	1995-2002	Mestre em Horticultura Fruticultura (<i>Rutgers State University</i>) e Dr em Melhoramento Genético de Plantas pela mesma universidade (1977); Diretor Técnico da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária “Edmundo Gastal” (RS), vinculada à ABAG
Mariza Marilena T. Luz Barbosa	2003-2005	Economista Doméstica Mestre e Dra pela Universidade Federal de Viçosa, Coordenadora técnica da Secretaria de Cooperação Internacional da Embrapa (1991-1993); Assessora para assuntos internacionais do Ministério da Agricultura (1993-1995); ex-aluna do PENSA
Gustavo Kauark Chianca	2003-2005	Dr em Economia e Sociologia pela <i>Université Sorbonne Nouvelle</i> ; Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (2002-2003), associada à ABAG
Herbert Cavalcante de Lima	2003-2005	Agrônomo (1987), Mestre em Ciência de Alimentos pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1992), Dr. em Ciência de Alimentos pela Universidade Federal de Lavras (2002)..
Tatiana Deane de Abreu Sá	2005-2009	Agrônoma (1971), Especialista em Agrometeorologia pelo <i>International Institute of Tropical Agriculture</i> (1981), especialista em Agrometeorologia pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte; Ex-aluna do PENSA.

FONTES: Memória Embrapa (www.embrapa.com.br); sites da Internet; MENDONÇA (2010)

Como se depreende dos Quadros, a maioria dos dirigentes da Embrapa entre 1993 e 2007 proveio direta ou indiretamente da Abag ou seus “tentáculos”, como o *Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial* (PENSA), criado em 1990 junto à Faculdade de Economia e Administração da USP, para fornecer escopo teórico e metodológico às ações do agronegócio/Abag (PINTO, 2010: 68)¹⁵. No Quadro I, dos quatro presidentes elencados, três eram da Abag (75%), enquanto no Quadro II, dos quinze nomes arrolados, dez vinculavam-se ao binômio Abag-PENSA, representando 77% dos Diretores Executivos da Empresa. Porém, a maior evidencia do predomínio da Abag junto à Embrapa, está no fato de ser esta

¹⁵ Dentre as principais organizações/instituições que sistematicamente interagem com o PENSA encontram-se a Abag, Jarí Celulose, Illy Café (empresa torrefadora italiana), FAO, Governo do Estado do Maranhão, Embrapa, IAMA (*International Agribusiness Management Association*), ISNIE (*International Society of New Institutional Economics*), as Universidades Federais de São Carlos (UFSCAR) e do Rio Grande do Sul (URGS), etc. PINTO, *op. cit.*: 59

última sócia da agremiação (ABAG, 2008: 54) permitindo concluir que, direta ou indiretamente, **os interesses da Abag são interesses da Embrapa e vice-versa** ¹⁶.

Assim, no tocante à discussão sobre a “burocracia” ligada aos organismos estatais de Pesquisa Agropecuária, fica patente serem seus integrantes de alto escalão muito mais intelectuais orgânicos das frações de classe hegemônicas, do que funcionários, com interesses específicos propriamente ditos. O papel da Abag desde sua fundação residiu, dentre outros, em investir nos instrumentos capazes de assegurar sua condição hegemônica mediante a produção e reprodução de seus quadros **como quadros do próprio Estado restrito**. Não por casualidade o PENSA responde, até hoje, pela formação de especialistas em agronegócio, intelectuais orgânicos deste projeto, dotando a Abag do apoio incontestado do campo acadêmico (PINTO, 2010: 96).

Retomando a análise de Poulantzas, creio ter o estudo demonstrado que o “pessoal de Estado”, mais do que nunca, tem uma extração de classe explícita, não se encontrando nem acima, nem à margem delas. E tal lugar tampouco derivou, apenas, de sua origem social, remetendo igualmente a formas variadas de reprodução da divisão existente entre “Trabalho Intelectual” e “Trabalho Manual” no próprio interior da sociedade política. Os conflitos “intraburocráticos” daí decorrentes opuseram Pesquisadores/Dirigentes *versus* Extensionistas, estes últimos tendentes a solidarizarem-se com as demandas dos “pequenos agricultores”, em função de seu recrutamento junto a setores médios urbanos. Logo, a grande tensão interna ao próprio MA ocorreria entre duas de suas agências, diante do estranhamento construído entre Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Extensão Rural (Embrater – *Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural*), esta monopolizada pela SNA. Ou seja, um conflito entre Produção *versus* Difusão da Tecnologia, como o ilustram palavras do então presidente da Embrater, Glauco Olinger, em meados dos anos 1980:

“é preciso deixar claro que a extensão rural, por si só, **não é uma agência capaz de promover o desenvolvimento do meio rural**, nem sequer de uma comunidade, se ela **não tem o apoio de outros serviços dos quais depende**, em grande parte o seu sucesso, **mormente das entidades de pesquisa**” (Olinger, 1984: 14, grifos na fonte).

¹⁶ Em 2008, publicação comemorativa de seus 15 anos, a ABAG contava com 62 sócios (como por exemplo, ADM do Brasil Ltda; Agco do Brasil; Algar S.A. Empreendimentos e Participações; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia); Associação da Indústria de Açúcar e Alcool (Aiaa); Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef); Banco do Brasil S.A; Banco Itaú BBA S/A; Basf S.A; Bayer S. A; Bolsa de Mercadorias e Futuros; Bunge Fertilizantes S. A; Caramuru Alimentos S.A; Cargill Agrícola S. A; Companhia Vale do Rio Doce; Cooperativa Agropecuária de Araxá; Du Pont do Brasil S.A; **Embrapa**; Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; FMC Química do Brasil Ltda; John Deere Brasil S.A; **Monsanto do Brasil** Ltda.; Syngenta Seeds Ltda; etc.

Como se percebe, a relação Saber-Poder, fundada sobre o Trabalho Intelectual, cristalizou-se junto e pelo próprio Estado, que a inscreveu em sua materialidade, dela apartando o Trabalho Manual.

4) Comentários Conclusivos

Creio ter evidenciado que a discussão sobre a existência de uma “burocracia” especializada em pesquisa agropecuária fica seriamente esvaziada, diante dos dados aqui apresentados. A rigor, desde os anos 1940, os organismos estatais dela encarregados tiveram como dirigentes de alto escalão os próprios intelectuais orgânicos das frações da classe dominante agroindustrial. O binômio Abag-Embrapa nada mais foi do que o aprofundamento de um processo há muito delineado. A criação desta Empresa não implicou apenas, como sua documentação quer nos convencer, em racionalizar atividades e gastos públicos em pesquisa agropecuária. Tampouco visou somente dar consistência institucional à atividade. **Ela foi um instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional** e, por isso, padeceu de uma contradição intrínseca: de um lado, era constringida a desenvolver tecnologias agrícolas indutoras do consumo maciço de insumos modernos, desnacionalizadoras e marginalizadoras dos pequenos produtores; de outro, este mesmo fator impediu a Empresa de gerar tecnologias adequadas às realidades diferenciadas da agricultura brasileira, sob pena de contrapor-se aos interesses do grande capital - forâneo e nacional - organizados pela Abag. A classe dominante agroindustrial brasileira, em suma, era ela própria, provedora dos intelectuais orgânicos metamorfoseados em “burocratas”.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAG. *ABAG 15 anos*. São Paulo: Abag, 2008.
- AGUIAR, R. *Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil*. São Paulo /Brasília: Polis /CNPq, 1986.
- ALVES, E. *Desafios da pesquisa agrícola no Brasil*. Brasília: Embrapa, 1981.
- ARAÚJO, N. B. *Complexo Agroindustrial. O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.
- ABREU, A et al. (coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, 5 v.
- BRASIL. IBGE. *Censo Agropecuário de 1995-1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório da Comissão de Alto Nível sobre a Pesquisa Agropecuária Brasileira*. Brasília: SIA, 1970.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *I Reunião de Diretores da Pesquisa Agrônômica Federal*. Brasília: Serviço de Documentação, 1962.
- BRUNNER, E.; SANDERS, I. & ENSMINGER, D. *FARMERS OF THE WORLD: the development of Agricultural Extension*. New York: Columbia University Press, 1961.

- COLBY, G & DENNET, Ch. *Seja Feita a Vossa Vontade: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- EMBRAPA. *Memória Embrapa*. www.embrapa.com.br (acesso em 10-9-2013)
- EMBRAPA. *II Plano Diretor: 1994 - 1998*. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.
- EMBRAPA. *III Plano Diretor: 2000- 2003*. Brasília: Embrapa 2001.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development: the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- FLORES FILHO, M. et al. *Pesquisa Agropecuária no Brasil*. Brasília: Embrapa/Secretaria de Administração Estratégica, 1991.
- GASTAL, E. F. *O enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária*. Brasília: UnB, 1977(Dissertação Mestrado).
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3.
_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2.
- LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.
- MENDONÇA, S.R. de & FONTES, V. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 6ª ed., 2006.
- MENDONÇA, S. R. de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- PINTO, R. G. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness*. Niterói: Programa de Pós Graduação em História da UFF, 2010 (dissertação de mestrado).
- RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 4 (3), 205-254, set/dez, 1987.
- ROSSETO, G. J. Modelo Institucional de pesquisa agropecuária no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo: 37 (5), 1985.
- PLANK, D N. *The Means of Our Salvation*. Colorado: Westview Press, 1996.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 4 (3), 205-254, set/dez, 1987.
- SCHLOTTFELDT, C B. Difusão de tecnologia e extensão rural na Embrapa: reflexões conceituais e praticas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília: 8 (1/3): 98-112, 1991.